

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CIÊNCIAS CRIMINAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIAS CRIMINAIS

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL
RESUMO
Da Democracia decorre a realização de valores de convivência humana, tais como a igualdade, a liberdade e dignidade da pessoa. Do Estado de Direito advém, essencialmente, mas não exclusivamente, o norteamento do proceder estatal e de seus cidadãos com base na lei. Da junção de ambos, para além de sugerir mera reunião formal de seus respectivos elementos (Silva, 1998, p. 123), tem-se no Estado Democrático de Direito o foco no respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais por meio de uma proteção jurídica - este é o tema principal que abordaremos nesta disciplina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO SISTEMA PROCESSUAL PENAL INQUISITIVO SISTEMA PROCESSUAL PENAL ACUSATÓRIO SISTEMA PROCESSUAL PENAL MISTO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO
AULA 2 INTRODUÇÃO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL INÍCIO E FORMALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS OBRE O ATO DE INDICIAMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL RELATÓRIO FINAL E ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO
AULA 3 INTRODUÇÃO SIGILO POLICIAL, SEGREDO DE JUSTIÇA E ACESSO AOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL PELO ADVOGADO REQUERIMENTOS E RAZÕES PELA DEFESA: CONTRADITÓRIO NO IPL? ARTS. 14-A, CPP E 16-A, CPPM: BREVES COMENTÁRIOS (PARTE 1) ARTS. 14-A, CPP E 16-A, CPPM: BREVES COMENTÁRIOS (PARTE 2)
AULA 4 INTRODUÇÃO COMPETÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS MAXIMIZANDO A IMPARCIALIDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL MEDIDAS CAUTELARES NO CURSO DO PROCESSO ANÁLISE E DECISÃO EM FACE DO ART. 3º-B, XI, DO CPP SOBRE O PRAZO DE DURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL ART. 3º-B, XVI, DO CPP E O ASSISTENTE TÉCNICO NO ÂMBITO PRÉ-PROCESSUAL
AULA 5

<p>INTRODUÇÃO A LEI ANTI CRIME E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA APLICAÇÃO NO TEMPO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E AS INFRAÇÕES PENAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A POLÍCIA JUDICIÁRIA</p> <p>AULA 6 INTRODUÇÃO INTERCEPTAÇÃO ESCUTA, GRAVAÇÃO E CAPTAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS CONCEITUAIS IMPORTANTES A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E A LEI N. 9.296/1996 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA CAPTAÇÃO AMBIENTAL CAPTAÇÃO AMBIENTAL E A REGULAMENTAÇÃO TRAZIDA PELA LEI ANTICRIME</p>
<p style="text-align: center;">BIBLIOGRAFIAS</p> <ul style="list-style-type: none">• AVENA, N. Processo penal esquematizado. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.• BADARÓ, G. H. Processo penal. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.• LENZA, P. (Coord.). Direito processual penal esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2012.

<p style="text-align: center;">DISCIPLINA:</p> <p style="text-align: center;">CRIMINALIDADE, CRIMINALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS</p>
<p style="text-align: center;">RESUMO</p> <p>Ao longo da disciplina, trataremos de conceituar crime, criminalidade e criminalização com o objetivo de buscar o entendimento sobre essas categorias fundamentais para compreender a realidade no Brasil. Por se tratar de um debate muito polêmico e permeado de discordância e senso comum, procuramos deixar claro que a abordagem que segue parte da teoria sócio-histórica amparada na sociologia do crime e do cotidiano. Certamente em outras ciências e áreas do saber, é possível localizar perspectivas distintas das que você encontrará durante as aulas.</p>
<p style="text-align: center;">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>AULA 1 INTRODUÇÃO CRIMINALIDADE: REFLEXÕES PARA ALÉM DA BASE SEMÂNTICA CRIMINALIZAÇÃO: PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS – CULTURAIS O SISTEMA DE PUNIÇÃO – INSTITUIÇÕES TOTAIS A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – QUANDO VIVER É MUITO PERIGOSO</p> <p>AULA 1 INTRODUÇÃO HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CHEGA NO LIMITE O ENCARCERAMENTO EM MASSA - PERFIL E FUNCIONALIDADES EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO</p>

AULA 3

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX

AS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A GERAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E RELATIVISMO CULTURAL

A ALTERIDADE E A MULTICULTURALIDADE: REFLEXÕES CONCEITUAIS

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

BRASIL NO BANCO DOS RÉUS – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS EM DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

AS DISTORÇÕES EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CANO, I.; SOARES, G. D. As teorias sobre as causas da criminalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. Manuscrito.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582004000200002. Acesso em: 28 fev. 2020.
- CORTELLA, M. S. Quem avisa amigo é... Folha de São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1309200122.htm> Acesso em: 28 fev. 2020. FOUCAULT, M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987. _____. As verdades e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

DISCIPLINA:

CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VIOLENTO

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS
A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES
A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
CRIMINOLOGIA
CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO
COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL
CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA
O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS
A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE
ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS D
E DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE
REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

● AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.

- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F. L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- BAUMAN, Z. A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna. Lisboa: Editora Relógio d'Água, 2007.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO

RESUMO

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE

CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA

CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

AULA 3

INTRODUÇÃO

O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL

CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

A PRODUÇÃO DA PROVA

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS

MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA

MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS

MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

AÇÃO CONTROLADA

INFILTRAÇÃO DE AGENTES

ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, C. Assalto ao poder: o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- _____. Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BILYNSKYJ, P. F. M. Crime organizado e o tratamento legislativo brasileiro. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21856/crime-organizado-e-otratarmento-legislativo-brasileiro/3>. Acesso em: 6 out. 2018.

DISCIPLINA:

CIBERCRIME E AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

RESUMO

O termo cibernética é conceituado como ramo da matemática que lida com problemas de controle, além da recursão de informações. Trata-se, ainda, da ciência da organização eficaz. Por essa razão, passa a ter grande significado para a globalização; fazendo com que surja, ainda, a denominada “sociedade do conhecimento” – também conhecida como nova economia ou, ainda, sociedade da informação. Seja como for, é inegável que presenciamos uma era de economia global e informacional. No atual modelo, a informação é tida como riqueza, poder e motor para o desenvolvimento e o bem-estar social. Dessa forma, a aldeia global de informação é caracterizada pela criação de diversos meios e ferramentas de comunicação, com o objetivo de aprimorar o padrão de vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMPREENDENDO A CIBERNÉTICA

O CIBERCRIME

EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE CIBERCRIME

SURGIMENTO DOS DELITOS INFORMÁTICOS NO BRASIL

DADOS SOBRE O CIBERCRIME NO BRASIL

AULA 2

CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME ORGANIZADO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE

CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA

CARACTERÍSTICAS

AULA 3

O CONCEITO LEGAL DE CRIME ORGANIZADO
A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COMO CRIME AUTÔNOMO
CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL
CRIMES COMETIDOS NA INVESTIGAÇÃO E OBTENÇÃO DE PROVA

AULA 4

A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POR MEIO VIRTUAL
RELAÇÃO ENTRE INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
A PROBLEMÁTICA NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR BRASILEIRA NO ÂMBITO DOS
CIBERCRIMES
PROVAS E MEDIDAS CAUTELARES NOS CIBERCRIMES
POSSÍVEIS SOLUÇÕES

AULA 5

INTRODUÇÃO
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO
PRIMEIRO DOS MEIOS PROVA: COLABORAÇÃO PREMIADA
SEGUNDO MEIO DE PROVA: O AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS,
BANCÁRIOS E FISCAIS
TERCEIRO MEIO DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
CIBERTERRORISMO
A SOCIEDADE CIBERNÉTICA
OS TERRORISTAS CIBERNÉTICOS
20 ANOS DE CRIMES E INTERNET NO MUNDO (1997-2017): OS FATOS MARCANTES

BIBLIOGRAFIAS

- ANTONELLI, H. L.; DE ALMEIDA, E. G. A internet e o direito: uma abordagem sobre cibercrimes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_internet_e_o_direito_uma_abordagem_sobre_cibercrimes.pdf. Acesso em: 31 jan. 2019.
- COELHO, M. I. Charles Babbage: o pioneiro dos computadores. Disponível em: <https://pplware.sapo.pt/informacao/opiniao/charles-babbage-pioneirocomputadores/>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- COLLI, M. Cibercrimes: limites e perspectivas à investigação policial de crimes cibernéticos. Curitiba: Juruá, 2010.

DISCIPLINA:

ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO E PREVENÇÃO CRIMINAL

RESUMO

Ao longo das próximas aulas abordaremos os crimes em espécie praticados contra a vida e a integridade física do sujeito, sua liberdade e honra, analisando questões controvertidas do direito penal em nosso sistema de justiça criminal. Começaremos nas primeiras aulas com a análise de aspectos relevantes sobre o crime de homicídio, passando pela contemplação

dos tipos de feminicídio, infanticídio, aborto e genocídio. Abordaremos, então, o crime de lesão corporal, com ênfase no crime de violência doméstica. Em seguida, abordaremos os crimes de periclitacão contra a vida e a saúde, como no caso de omissão de socorro e abandono de incapaz. Discutiremos o crime de rixa e os contra a honra, com os tipos de calúnia, injúria e difamação, e finalizaremos contemplando os crimes contra a liberdade individual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

HOMICÍDIO QUALIFICADO E CASOS DE DIMINUIÇÃO DE PENA

FEMINICÍDIO

HOMICÍDIO CULPOSO

A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO E SUAS

IMPLICAÇÕES

AULA 2

INTRODUÇÃO

O CONFRONTO DA NORMA COM O EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO – EUTANÁSIA

INFANTICÍDIO

ABORTO

PRÁTICAS GENOCIDAS NO BRASIL

AULA 3

INTRODUÇÃO

LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE E CAUSAS DE AUMENTO, DIMINUIÇÃO E

SUBSTITUIÇÃO DE PENA LESÃO CORPORAL CULPOSA E LESÃO CORPORAL

QUALIFICADA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UM ESTUDO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AULA 4

INTRODUÇÃO

ABANDONO DE INCAPAZ

EXPOSIÇÃO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO

OMISSÃO DE SOCORRO

MAUS TRATOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CALÚNIA

DIFAMAÇÃO

INJÚRIA

DISPOSIÇÕES COMUNS, EXCLUSÃO E RETRATAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AMEAÇA

SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO
REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVIDÃO
TRÁFICO DE PESSOAS

BIBLIOGRAFIAS

- BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. v. 2, 20. ed. Saraivajur, 2020.
- FAVORETTO, A. C. Direito penal descomplicado. São Paulo: Rideel, 2015.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-daviolencia-2020>. Acesso em: 7 maio 2021.

DISCIPLINA:
COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS
O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ORIGENS MORAIS E ÉTICAS
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEM
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

INTRODUÇÃO
ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O
ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO

O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA

GOVERNANÇA PÚBLICA

GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

INTRODUÇÃO

O COMPLIANCE OFFICER

AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS

MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIAS

- UNAMA – Universidade da Amazônia. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-deliteratura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- UN – UNITED NATIONS. General Assembly Resolutions. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/documents/general-assemblyresolutions/index.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ZILIO, M. M.; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS

MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO

FRAUDES

DOCUMENTOS

HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS

ESCRITA

PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA

LEIS DO GRAFISMO

A PERÍCIA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
OS ELEMENTOS ESTÁTICOS
ELEMENTOS OBJETIVOS
ELEMENTOS SUBJETIVOS
TIPOS DE FALSIFICAÇÃO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS
ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.

- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.a sp. Acesso em: 4 jun. 2019.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 3 jun. 2019.

DISCIPLINA:

FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAIS

RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS

MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO

FRAUDES

DOCUMENTOS

HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS

ESCRITA

PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA

LEIS DO GRAFISMO

A PERÍCIA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS

OS ELEMENTOS ESTÁTICOS

ELEMENTOS OBJETIVOS

ELEMENTOS SUBJETIVOS

TIPOS DE FALSIFICAÇÃO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS
ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.a.sp. Acesso em: 4 jun. 2019.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 3 jun. 2019.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA FÍSICA

VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA URBANA

VIOLÊNCIA NO CAMPO

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

A POLÍTICA DE SAÚDE

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CONTROLE SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.
- _____. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS APLICADAS A SISTEMAS DE SEGURANÇA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA

TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO

ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2

INTRODUÇÃO

SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO

BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS

OPERAÇÕES COM DRONES

CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS

AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS

A INTERNET DAS COISAS (IOT)

APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO

FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS

DEEP LEARNING

APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA

ESTUDO DE CASOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO

RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS

PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaber, 2018.

DISCIPLINA:
CRIMES CIBERNÉTICOS

RESUMO

Esta disciplina tem por escopo estudar o Direito Penal Informático, introduzindo brevemente as noções que permeiam o Direito Penal, a criminalidade cibernética e a dificuldade de tipificação das condutas, desembocando, finalmente, em uma análise da realidade brasileira acerca da legislação que pretende combater os cibercrimes. Assim entenderemos como e porque o Direito Penal passou a se preocupar com algumas condutas adotadas no ambiente digital, como se deu o processo de tipificação e quais foram as efetivamente previstas em nosso direito pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DADOS SOBRE CRIMES INFORMÁTICOS
TIPIFICAÇÃO CRIMINAL: A TEORIA “TCC” (TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME)
CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 1)
CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 2)

AULA 2

INTRODUÇÃO
TUTELA AOS BENS JURÍDICOS
CONCEITO JURÍDICO DE CRIME INFORMÁTICO
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INFORMÁTICOS
SUJEITO ATIVO, COMPETÊNCIA E LUGAR

AULA 3

INTRODUÇÃO
A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA
CRIMES INFORMÁTICOS COMETIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - LEI N. 9.983/2000
CRIMES INFORMÁTICOS PUROS E A LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N. Nº 12.737/2012)
INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO: ART. 154-A DO CÓDIGO PENAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR
CRIME DE DANO

CRIME DE PEDOFILIA
CRIMES CONTRA A HONRA

AULA 5

INTRODUÇÃO
CRIMES DE FALSA IDENTIDADE
FRAUDE BANCÁRIA – FURTO QUALIFICADO
FRAUDE BANCÁRIA – ESTELIONATO
CRIME ECONÔMICOS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CASOS CONCRETOS: CRIMES PRÓPRIOS
CASOS CONCRETOS: CRIMES IMPRÓPRIOS
PERSPECTIVAS FUTURAS
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, D. Prejuízos à economia e à sociedade. Correio Braziliense, 2010. Disponível em:
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna_cidadesdf,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml. Acesso em: 3 abr. 2019.
- AVAST. Academia de ameaças online. Disponível em:
<https://www.avast.com/pt-br/online-threats>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- BRASIL é o segundo país no mundo com maior número de crimes cibernéticos. UOL, 15 fev. 2018. Disponível em:
<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/258-artigos-dez-2013/6364-a-protecao-de-dados-pessoais-e-a-internet-the-personal-data-protection-and-the-internet>. Acesso em: 2 abr. 2019.